



Índice

- 01** Mais uma criança indígena morre com suspeita de H1N1 em Vilhena, RO
- 02** Agricultores extrativistas terão apoio para a comercialização
- 03** MPF participa de encontro com povos indígenas em Guajará-Mirim
- 04** Governo avança em diálogo sobre terras indígenas eacsm MS
- 05** PEC215: Sub-procurador Geral da República afirma que atual modelo de demarcação está esgotado e defende mudanças na Constituição
- 06** PRR1 se manifesta pela suspensão do licenciamento ambiental do Belo Sun Mining
- 07** Osmar Serraglo reconhece dificuldades para sanar impasse sobre terras indígenas
- 08** Representantes da Área Indígena de Inhacorá visitam prefeito Zé
- 09** Extensionistas são capacitados para atuar com indígenas em Tenente Portela
- 10** Questão indígena: "governo deseja que atrito permaneça", diz Figueiró
- 11** Geraldo Pereira quer 20% de vagas em concursos públicos para negros, indígenas e beneficiários do Bolsa Família
- 12** PGR é a favor de mudança na demarcação de terras indígenas
- 13** Câmara vai debater má gestão na CASAI-Macapá
- 14** Ribeirinhos de Portel recebem crédito para mandioca e açaí
- 15** Comunidade de Guaraqueçaba protesta contra Copel



- 16** Milhares de produtores rurais participam da 11ª Festa Regional das Sementes no Paraná
- 17** Discussão entre indígenas termina com um esfaqueado em Dourados
- 18** PNHR possibilita melhora de vida para indígenas no Rio Grande do Sul
- 19** Demarcações devem ficar com o Congresso
- 20** Governo tenta acordo entre produtores rurais do MS e indígenas
- 21** Tribunal Popular da Terra discute luta quilombola, indígena e camponesa no Mato Grosso do Sul
- 22** Cartilha busca resgatar e valorizar a cultura Tupi Guarani
- 23** Comissão ouvirá ministro sobre mineração em terras indígenas
- 24** Povo Xokleng ainda luta pelo cumprimento de um acordo de 1992
- 25** "Da copa de uma árvore... o lado nada glamuroso do mundial da Copa!"
- 26** Burocracia do Governo gera impasse em mesa de negociação entre produtores rurais e a Funai
- 27** URGENTE: Milícia Indígena atira em produtor rural no sul da Bahia
- 28** Programa lança curso de idiomas para as comunidades quilombolas
- 29** Tribunal Popular da Terra discute luta quilombola, indígena e camponesa no Mato Grosso do Sul
- 30** Governo do Amapá lança obra de 50 casas em Igarapé do Lago

Mais uma criança indígena morre com suspeita de H1N1 em Vilhena, RO
SÍTIO G1, 12.06.2014

Segundo Secretaria de Saúde, vítima era do município de Comodoro, MT. Moradores foram aos postos de saúde procurando pela vacina.



Com medo do vírus H1N1, algumas pessoas usaram máscaras para ir ao posto de saúde em Vilhena RO (Foto: Jonatas Boni/G1)

A coordenação de epidemiologia do município de Vilhena (RO) registrou nesta quinta-feira (12) a morte de mais uma criança indígena com suspeita de contaminação da influenza H1N1. E por conta dos casos suspeitos registrados no município, centenas de pessoas estão procurando os postos de vacinação para serem imunizadas.

De acordo com o coordenador da atenção básica do município, a criança, internada há cerca de uma semana no Hospital Regional, estava dentro dos 34 casos notificados com suspeita da gripe que aguardam resultado do Laboratório Central de Saúde de Rondônia (Lacen). A vítima era do município de Comodoro (MT), foi internada em Vilhena e transferida para Porto Velho, na terça-feira (10). No entanto, houve um agravamento no quadro de saúde e morreu. A idade da paciente não foi informada.

Apesar das mortes e do aumento de casos suspeitos, a Agência Estadual em Vigilância em Saúde de Rondônia (Agevisa) descartou um surto de H1N1 no município. Uma equipe do órgão foi ao município para acompanhar os casos suspeitos. "Nós, em momento algum,

CONT.



havíamos liberado a vacina para todos, fora do grupo de risco. Mas, como as pessoas lotaram os postos, acabamos liberando o restante do estoque da vacina que sobrou do grupo de risco", afirma Cremasco. Segundo a epidemiologia, após aplicarem as 1.500 doses que sobraram a cidade não terá mais vacina.

Nesta quinta-feira, uma fila se formou em frente da Policlínica João Luiz, no centro de Vilhena. De acordo com a dona de casa Maria Aparecida, as pessoas estavam desesperadas para se vacinar. "Deu confusão na fila. Na minha opinião, já que liberaram a vacina, era necessário priorizar a imunização das crianças, pois vi muitas pessoas que têm condições de comprar a vacina na farmácia", explica. Na quarta-feira (12), a Polícia Militar foi acionada devido à quantidade de pessoas aglomeradas na unidade de saúde. Com medo, algumas pessoas foram ao local usando máscara.

Devido a quantidade de casos da influenza H1N1 em suspeita no município, o Serviço Social da Indústria de Rondônia (Sesi) e a Associação Comercial de Vilhena (Aciv) criaram uma campanha de vacinação contra a gripe. De acordo com as entidades, as serão elaboradas conforme solicitação de serviço das empresas interessadas em vacinar os funcionários.



Agricultores extrativistas terão apoio para a comercialização

SÍTIO PORTAL BRASIL, 13.06.2014

Governo Federal fará uma intervenção quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, para que o agricultor não tenha prejuízo

Os agricultores familiares extrativistas, suas cooperativas e suas associações receberão apoio para a comercialização dos produtos extrativos neste ano de 2014, em 2015 e em 2016. A novidade já está em vigor, desde a publicação da Portaria interministerial publicada esta semana. A medida poderá beneficiar cerca de 50 mil agricultores de 84 municípios.

A subvenção econômica consiste em um pagamento da diferença de preços para o produtor extrativista. O Governo Federal fará uma intervenção quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, para que o agricultor não tenha prejuízo.

“A PGPM possibilita o desenvolvimento social e econômico de muitas regiões, permitindo a sustentação de preços de produtos da biodiversidade no mercado, o que contribui para a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente”, afirma o coordenador de Comercialização do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor (DGRAV), Pedro Bavaresco, da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA.

Os produtos amparados pela medida são os extrativos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM): açaí, babaçu, baru, borracha natural, castanha do Brasil, cera de carnaúba, mangaba, pequi, piaçava, pó cerífero e umbu.

A fonte orçamentária é a Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para o ano de 2014, serão disponibilizados até R\$ 30 milhões para a medida em todo o País; para 2015, serão até R\$ 40 milhões e, para o ano de 2016, serão disponibilizados R\$ 50 milhões.

A portaria foi assinada pelos ministros do MDA, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Meio Ambiente, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e cumpre o objetivo previsto pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O pagamento aos agricultores será realizado por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Como o agricultor pode ter acesso

Para receber a subvenção, o agricultor familiar extrativista ou sua cooperativa ou sua associação deverão estar adimplentes, na data da solicitação, junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

Fonte:

Ministério do Desenvolvimento Agrário



MPF participa de encontro com povos indígenas em Guajará-Mirim

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 12.06.2014

O evento contou com a divulgação de uma carta para ser entregue as autoridades contendo reivindicações para melhorias na vida dos povos indígenas

O Ministério Público Federal (MPF) participou do encontro 'Movimento Indígena: Luta, Resistência e Fortalecimento' no Centro Arquidiocesano Pastoral, em Guajará-Mirim. O evento que ocorreu entre os dias três e seis de junho, contou com a participação do procurador da República Daniel Dalberto e representantes da Universidade Federal de Rondônia, Instituto Madeira Vivo e do Conselho Indígena Missionário, entre outros, bem como mais de 30 povos indígenas do sul do Amazonas e do Noroeste de Mato Grosso.

No encontro foram abordados temas sobre saúde, educação, terra, criminalização e grandes projetos do Programa de Aceleração do Crescimento que têm prejudicado a vida das comunidades, bem como a divulgação da carta final entregue às autoridades, contendo as reivindicações.

Na carta é citada a PEC 215 que transfere do poder Executivo para o Legislativo a competência de demarcar terras indígenas. De acordo com o procurador "a emenda é inconstitucional, visto que afronta ao princípio da separação dos poderes, do art. 2 da Constituição". No mesmo sentido, demonstrou preocupação com o projeto de revogação da Convenção 169 da OIT: "à qual ainda nem conseguimos dar eficácia. Estamos retrocedendo em vez de avançar", afirma.

No encerramento foi anunciado a formação de um órgão representativo colegiado, que representará os povos indígenas de Rondônia. Segundo consta na carta, os líderes indígenas afirmam ter o MPF como uma grande aliado e pede ao Governo Federal apoio a instituição.

Para o procurador da República Daniel Dalberto, "o evento foi muito importante pela união dos indígenas, em especial neste momento em que os direitos reconhecidos a esses povos na Constituição de 1988 estão sob forte ameaça no Congresso Nacional".

Fonte: MPF/RO (www.prro.mpf.gov.br)



Governo avança em diálogo sobre terras indígenas eacsm MS

SÍTIO PERFIL NEWS, 12.06.2014

O Ministério da Justiça e produtores rurais de Mato Grosso do Sul, avançaram, nesta quarta (11), em Brasília (DF), na avaliação dos laudos de 25 propriedades para demarcação de terras indígenas na região da Fazenda Buritis, em Sidrolândia (MS). Uma nova reunião será realizada na sexta-feira (13), a partir das 10h, no MJ, para análise de novos elementos apresentados pelos produtores.

"Foi uma reunião muito produtiva", avaliou o ministro José Eduardo Cardozo. Segundo ele, foram discutidos hoje valores atribuídos às propriedades para efeito de indenização aos proprietários, após as análises feitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

"Agora estamos fazendo um trabalho técnico, de análise dos levantamentos feitos, para verificar onde eles podem estar adequados à realidade que é invocada pelos proprietários, sem que nós tenhamos nenhuma situação de ilegalidade, que dê estritamente cumprimento ao que a legislação estabelece", informou o ministro da Justiça.

Ainda de acordo com Cardozo, a sensação é de que a mesa de diálogo segue para um bom resultado. "É por meio do diálogo e da mediação que nós podemos conciliar os conflitos de terra indígena em todo o país, sem que pessoas abram mão de direitos, e que podemos ter então a tranquilidade e a paz necessária para esse que é um problema tão grave em todo o Brasil".

Além de produtores rurais e membros da Funai e do Incra, participaram da reunião representantes da Advocacia Geral da União, do Ministério Público Federal e do Governo do Mato Grosso do Sul.

(*) Com informações de Assecom Agência MJ de Notícias



PEC215: Sub-procurador Geral da República afirma que atual modelo de demarcação está esgotado e defende mudanças na Constituição

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 13.06.2014

O subprocurador-geral da República Eugênio Aragão, representando o Ministério Público Federal em audiência pública da comissão especial que debate a #PEC215 afirmou que o atual modelo de demarcação está esgotado. Segundo Eugênio Aragão, o modelo constitucional atual, focado apenas na população indígena, desconsidera os efeitos sociais ruins das demarcações e apresenta sinais de esgotamento. "Quando nos propomos a resolver os problemas dos povos indígenas, não podemos deixar de olhar para o lado, e ver quais são as circunstâncias dos demais atores envolvidos, como a população local, o produtor rural e o governo do município", afirmou. Para Aragão, o grande culpado pela violência entre índios e produtores rurais é o poder público.

O subprocurador-geral da República acha que a proposta deve ser vista dentro de um contexto maior: "Estamos num momento de impasse na consecução da política indígena. Mesmo quando o Poder Executivo consegue promover a demarcação, a reação imediata é a judicialização do ato administrativo. Quem sofre com isso é a população indígena, e também os produtores e os municípios".

Ouçá os principais trechos do depoimento do subprocurador-geral da República:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=dSHxIM8LPfc

Eugênio Aragão elencou um conjunto de ações que considera necessárias para se pacificar áreas hoje conflituosas, principalmente em estados como Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. A seu ver, é necessário que se permita, juridicamente, a compra de terras indígenas, ao invés da expropriação por interesse social. Além disso, também é preciso que o Estado ofereça capacitação técnica aos pequenos produtores que terão que deixar o campo.

Ao município, conforme Aragão, deve ser destinado um fundo federal capaz de compensar, por tempo determinado, a perda de arrecadação que terá, a fim de que sejam mantidos investimentos em saúde, educação e mobilidade urbana. Já aos indígenas, não basta a terra: "São necessários programas que transformem sua economia em algo sustentável, já que, afinal, a população indígena é a primeira preocupação".

A PEC 215/2000 está em final de tramitação na Câmara dos Deputados. De acordo com a regra constitucional, terá de ser discutida e votada em cada Casa do Congresso em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

O subprocurador sugeriu que o relator da proposta inclua dispositivos que garantam as demarcações já feitas, além da possibilidade de compra das áreas.



PRR1 se manifesta pela suspensão do licenciamento ambiental do Belo Sun Mining
SÍTIO CEDEFES, 12.06.2014

Parecer opina pelo não provimento do recurso da mineradora enviado ao TRF1, em razão da ausência de estudos do componente indígena

O Ministério Público Federal emitiu parecer nesta última terça-feira, 3 de junho, pela suspensão do licenciamento ambiental do projeto Belo Sun Mining, que pretende instalar a maior mina de ouro do Brasil na Volta Grande do Xingu. No parecer, enviado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, o MPF afirma que a licença prévia só pode ser concedida após a realização de estudo sobre os impactos que o empreendimento causará nas comunidades indígenas da região.

O caso foi parar no TRF1 após a Belo Sun Mineração Ltda recorrer da decisão do juiz federal da vara única em Altamira (PA), que determinou a suspensão do licenciamento ambiental do projeto. Consta ainda na decisão que o licenciamento está condicionando à elaboração, pela Belo Sun, do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Volta Grande de Mineração contemplando o componente indígena, devendo, ainda, seguir as orientações contidas no Termo de Referência elaborado pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

A pedido da mineradora, o relator do processo, desembargador federal Jair Meguerian, concedeu efeito suspensivo ao recurso, o que autoriza o prosseguimento do licenciamento ambiental até que o agravo da Belo Sun seja julgado pelo Tribunal. O julgamento ainda não tem data para acontecer.

No parecer, o MPF afirma que a decisão de primeira instância não deve ser modificada. Isso porque ela está baseada em manifestação da Funai que alegou serem sérios os riscos de impacto da atividade minerária aos povos indígenas da região. Ainda de acordo com a Funai, a suspensão do projeto minerário é necessária, tendo em vista não haver estudos do componente indígena, que constitui condicionante para a emissão de prévia licença ambiental.

“Ora, o estudo de componente indígena deve ser realizado previamente à concessão de licença prévia. Não se trata de uma faculdade, mas sim de uma obrigatoriedade”, diz o procurador regional da República Francisco Marinho.

O Ministério Público espera que a 6ª Turma do TRF1 julgue improcedente o recurso da Mineradora.

Entenda o caso - O projeto Belo Sun Mining pretende instalar a maior mina de ouro do Brasil na Volta Grande do Xingu, ao lado do local diretamente impactado pela usina hidrelétrica de Belo Monte. O projeto está sendo licenciado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará (Sema).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 104 / 2014

Brasília, 13 de junho de 2014.

A Funai emitiu, em dezembro de 2012, um Termo de Referência (com as questões a serem respondidas pelos Estudos) para que a Belo Sun fizesse as pesquisas necessárias sobre os impactos aos indígenas Juruna, Arara e isolados que residem na Volta Grande do Xingu.

O Estudo de Impacto Ambiental, no entanto, foi aceito sem diagnósticos sobre os impactos nos indígenas – que são obrigatórios – e também sem menção à sobreposição de impactos com os de Belo Monte.

A pedido do MPF/PA, a Justiça Federal em Altamira suspendeu o licenciamento ambiental do projeto. No entanto, um efeito suspensivo concedido ao recurso da mineradora permitiu que o processo de licenciamento continue até o seu julgamento pelo TRF1.

Processo nº 0071799-84.2013.4.01.0000 PA

Fonte: Procuradoria Regional da República - 1ª Região



Osmar Serraglio reconhece dificuldades para sanar impasse sobre terras indígenas
SÍTIO PMDB NA CÂMARA, 12.06.2014

O relator da proposta tem encontrado dificuldades para propor uma solução ao tema

Brasília (DF) - O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da proposta (PEC 215/00) que submete ao Congresso decisões sobre demarcações de terras indígenas, disse nesta quarta-feira (11) que tem encontrado dificuldades em propor uma solução para o tema. "Precisamos acabar com essa tendência ao conflito. A Funai [Fundação Nacional do Índio] tem boicotado nossas reuniões nos estados.", criticou.

Atualmente, todo o processo acerca das demarcações fica concentrado no Poder Executivo.

Serraglio informou que está recolhendo sugestões para que a legislação não seja contestada futuramente pelo Supremo Tribunal Federal (STF). "Já excluimos qualquer possibilidade de revisão de terras já demarcadas e consolidadas em nosso regime jurídico", observou.

Propriedade rural

Por sua vez, o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) declarou que é preciso garantir o direito à propriedade rural. "Não é possível que, com apenas um ato administrativo, seja possível desapropriar terras", defendeu. Ele acha difícil que haja recursos para indenizar todas as propriedades que a Funai quer desapropriar. "Eles dizem que querem chegar a 25% do território nacional", informou.

Os parlamentares participaram de audiência pública da comissão especial responsável pela análise da PEC 215/00. O debate prossegue no plenário 14.

(Fonte: Agência Câmara)



Representantes da Área Indígena de Inhacorá visitam prefeito Zé

SÍTIO SANTO AUGUSTO.NET, 12.06.2014

objetivo – a criação de um campus da UFFS para a população indígena

Estiveram visitando o Gabinete do Prefeito José Luiz Andrighetto na tarde desta quarta-feira (11), representantes da Área Indígena do Inhacorá, localizada no Município vizinho de São Valério do Sul, nas pessoas do Cacique, Adilson Policena, do Vice-Cacique, Mauro Amaral e do Vereador e Professor Valmir Cipriano. O objetivo do encontro foi para pedir o apoio e apresentar ao Prefeito Zé, o projeto para a criação e implantação do Campus Indígena da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a ser edificado em território indígena, voltado exclusivamente ao atendimento de estudantes brasileiros reconhecidos institucionalmente como indígenas. Na região sul do Brasil são dez territórios indígenas que estão pleiteando este Campus sendo este o motivo da mobilização por parte dos sãovalerienses.

O referido projeto foi desenhado de forma conjunta entre a reitoria da UFFS e as lideranças das Comunidades Indígenas da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, entre outros.

Este projeto se insere no contexto nacional de afirmação de direitos sociais, traduzidos em políticas públicas que visam a comprometer, de forma efetiva, o Estado com os setores sociais sistematicamente excluídos dos benefícios da produção material e imaterial da humanidade. As comunidades indígenas bem como outras classes têm características próprias que requerem ações específicas como à apresentada neste documento, a da criação de um campus universitário indígena. O Brasil dará um passo importante no aprofundamento de sua noção de justiça.

O Prefeito Zé, sensibilizado com o pleito, fará o possível para esta mobilização dar resultado positivo aos moradores da Área Indígena do Inhacorá.

Extensionistas são capacitados para atuar com indígenas em Tenente Portela
SÍTIO RÁDIO PROVÍNCIA FM, 12.06.2014



Extensionistas técnicos e sociais da Emater-Ascar que executam a Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para acompanhamento de famílias indígenas em situação de extrema pobreza, participaram nesta terça e quarta-feira, de uma capacitação na sede social da AABB de Tenente Portela. Segundo a antropóloga da Emater-Ascar, Mariana de Andrade Soares, o trabalho dos extensionistas tem em vista dois objetivos principais: orientar as famílias indígenas na produção de alimentos e de renda.

A Chamada Pública é inédita no Brasil e atende quatro terras indígenas localizadas em Tenente Portela, Erval Seco, Cacique Doble, Redentora e Charrua. O projeto do ministério do Desenvolvimento Agrário será executado até 2015.

O técnico agrícola da Emater-Ascar e coordenador da Chamada Pública em Tenente Portela, Valdir Machado Soares, revelou a preferência das famílias kaingangues e guaranis por projetos de criação de pequenos animais, construção de hortas, pomares e artesanato.

Foto: reprodução/ Governo do Estado



Questão indígena: “governo deseja que atrito permaneça”, diz Figueiró

SÍTIO JORNAL DIA DIA, 12.06.2014

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou que mantém a impressão de que o governo federal pretende protelar a solução efetiva para as negociações com os proprietários da gleba Buriti, em Sidrolândia (MS), até o encerramento do prazo. Como é ano eleitoral, o acordo precisa ser fechado até o dia 30 de junho. Caso contrário, os proprietários não poderão receber a indenização ainda este ano.

O senador tucano manifestou frustração ao saber do resultado da reunião ocorrida nesta quarta-feira (11) em Brasília entre representantes dos produtores rurais e dos governos estadual e federal. O governo mantém a proposta de indenização em R\$ 78 milhões, enquanto consultorias contratadas pelos produtores avaliaram as 30 propriedades em R\$ 124 milhões.

“Se voltarmos atrás nessa triste história entre a gleba Buriti e o Ministério da Justiça/Funai, veremos que o governo nada mais fez do que empurrar com a barriga. Deseja que o atrito permaneça”, afirmou Figueiró.

Outras reuniões entre os advogados dos produtores rurais e representantes do governo foram marcadas para sexta-feira (13) em Brasília. Eles vão discutir o termo de compra das propriedades invadidas por indígenas em Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia e verificar aspectos técnicos empregados na avaliação das propriedades. A pretensão da Funai é ampliar a área indígena de 2 mil para 15 mil hectares. Das 30 propriedades pretendidas, 20 estão invadidas pelos indígenas.

Assessoria de imprensa

Por: Ruben Figueiró



Geraldo Pereira quer 20% de vagas em concursos públicos para negros, indígenas e beneficiários do Bolsa Família

SÍTIO O RIO BRANCO, 12.06.2014

O projeto incluirá na porcentagem a classe indígena do Estado do Acre e beneficiários do Programa Bolsa Família

O líder do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa, deputado Geraldo Pereira, informou na sessão desta quarta-feira, 11, que apresentará um projeto de lei que recepcionará a Lei Federal que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos em empregos públicos.

O projeto, de acordo com o parlamentar, incluirá na porcentagem a classe indígena do Estado do Acre e beneficiários do Programa Bolsa Família. Se o projeto chegar a ser aprovado poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso, bem como índios e beneficiários do programa Bolsa Família.

“A ideia é que se acrescente a classe indígena do Acre bem como os beneficiários do programa Bolsa Família na reserva de 20% que a lei federal já assegura para os negros. Vou apresentar a matéria e discuti-la em plenário ainda este mês”, disse.



PGR é a favor de mudança na demarcação de terras indígenas

SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 12.06.2014

PEC 215 transfere atribuição do Executivo para o Congresso

Brasília - Em nome do Ministério Público, o subprocurador-geral da República Eugênio Aragão defendeu - em audiência pública promovida, nesta quarta-feira (11/6), pela comissão especial da Câmara dos Deputados que debate a questão - a proposta de emenda constitucional (PEC 215/2000) que passa ao Congresso Nacional a competência de aprovar a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e de ratificar as já homologadas. Desde a promulgação da Constituição de 1988 esta atribuição é do Executivo.

Segundo Eugênio Aragão, o modelo constitucional atual, focado apenas na população indígena, apresenta sinais de esgotamento. "Quando nos propomos a resolver os problemas dos povos indígenas, não podemos deixar de olhar para o lado, e ver quais são as circunstâncias dos demais atores envolvidos, como a população local, o produtor rural e o governo do município. Precisamos de uma postura holística", afirmou.

O subprocurador-geral da República acha que a proposta deve ser vista dentro de um contexto maior: "Estamos num momento de impasse na consecução da política indígena. Mesmo quando o Poder Executivo consegue promover a demarcação, a reação imediata é a judicialização do ato administrativo. Quem sofre com isso é a população indígena, e também os produtores e os municípios".

Eugênio Aragão elencou um conjunto de ações que considera necessárias para se pacificar áreas hoje conflituosas, principalmente em estados como Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. A seu ver, é necessário que se permita, juridicamente, a compra de terras indígenas, ao invés da desapropriação por interesse social: "É algo que, financeiramente, custa caro, mas precisamos que o dono da terra saia feliz". Além disso, também é preciso que o Estado ofereça capacitação técnica aos pequenos produtores, "para que possam investir bem esse dinheiro".

Ao município, conforme Aragão, deve ser destinado um fundo federal capaz de compensar, por tempo determinado, a perda de arrecadação que terá, a fim de que sejam mantidos investimentos em saúde, educação e mobilidade urbana. Já aos indígenas, não basta a terra: "São necessários programas que transformem sua economia em algo sustentável, já que, afinal, a população indígena é a primeira preocupação".

A PEC 215/2000 está em final de tramitação na Câmara dos Deputados. De acordo com a regra constitucional, terá de ser discutida e votada em cada Casa do Congresso em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.



Câmara vai debater má gestão na CASAI-Macapá

SÍTIO AMAZÔNIA BRASIL RÁDIO WEB, 12.06.2014

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprovou requerimento da deputada federal Janete Capiberibe (PSB/AP) para realizar audiência pública com a finalidade de discutir e esclarecer as graves denúncias no atendimento à saúde dos indígenas na CASAI de Macapá/AP.

A deputada Janete Capiberibe já levou a denúncia de má gestão da Casa de Saúde Indígena de Macapá – CASAI ao Ministério Público Federal. A procuradora Déborah Duprat afirmou que “não faltam recursos, falta gestão”. O Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI do Amapá recebeu mais de R\$ 8 milhões em 2013.

Por isso, a audiência na Câmara dos Deputados quer debater a situação e formas de resolver os problemas. A lista de deficiências é extensa. Só três enfermarias não comportam todos os acolhidos e muitos se alojam fora da Casa por causa de questões culturais; muitos pacientes são obrigados a comprar os medicamentos; o lixo hospitalar é descartado inadequadamente; a CASAI não tem ambulância e telefone; o laboratório é deficitário e não há lavanderia; na sala de emergência, não há equipamentos para suporte básico à vida; os servidores não recebem equipamentos de proteção individual – EPI; o serviço de manutenção e limpeza é considerado inadequado para a desinfecção.

Foram convidados a coordenadora da 6ª Câmara – MPF, Debora Duprat; um representante da Secretaria de Saúde Indígena – SESAI; a Coordenadora da DSEI, Nilma Pureza; a enfermeira da CASAI/Macapá Simone Angélica Alves de Souza Costa; a tenente Fisioterapeuta do Ministério da Defesa do Exército Brasileira, Silvia Nobre; um representante do Povo Waiãpi.

Suruí – Outro requerimento da deputada socialista vai debater as graves violações de direitos humanos sofridas pela etnia Aikewara e Waimiri-atroari. A audiência será conjunta entre as Subcomissões de Memória, Verdade e Justiça da Câmara e do Senado e as Comissões de Direitos Humanos das duas Casas.

Durante a década de 1970, durante a ditadura militar, os índios Aikewara, conhecidos também como Suruí, foram mantidos em cárcere privado e forçados a colaborar com o Exército na campanha de extermínio da Guerrilha do Araguaia, no sudeste do Pará. Para esta audiência pública foram convidados a ministra da secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti; o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso; o Ministro da Defesa, Celso Amorim; a representante da Comissão Nacional da Verdade Maria Rita Kehl; a antropóloga Iara Ferraz; o vice-cacique Mahu Suruí; um representante dos Suruí e um representante dos Waimiri-atroari.

Sizan Luis Esberci



Ribeirinhos de Portel recebem crédito para mandioca e açaí

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 12.06.2014

Com o apoio do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), 80 ribeirinhos de Portel, no Marajó, receberam, no começo do mês, crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para aplicar no plantio e beneficiamento da mandioca e no manejo de açaizais nativos.

Os contratos do Pronaf foram assinados com o Banco da Amazônia. Trinta deles, voltados à cultura da mandioca, são da linha AF, no valor individual de R\$ 8,8 mil, e os outros 50 são destinados a produtores de açaí, constituindo a segunda parcela da linha Floresta, no valor de R\$ 3,88 mil. A primeira parcela do crédito nessa modalidade, que totalizou R\$ 5 mil, saiu ano passado. As famílias são moradoras das margens dos rios Acutipereira, Pacajá, Anapu e Camarapi.

De acordo com a Emater, o investimento na mandioca, que inclui a reforma das casas de farinha, pode repercutir em um aumento imediato de produtividade de cerca de 30%. “Essa perspectiva está diretamente relacionada com a adubação química orientada. O trato adequado das lavouras também permite um produto de melhor qualidade”, diz o chefe do escritório local da Emater em Portel, o técnico em Agropecuária Jocimar Mendonça.

Quanto aos açaizais, o manejo pode aumentar a produção em cerca de 50%. “Quando diminuimos o número de toiceras, em média de 20 para no máximo quatro, diminuimos a concorrência entre as plantas por nutriente e ainda propiciamos a abertura de teto solar. Tudo isso é resultado do aperfeiçoamento do sistema extrativista”, explica Mendonça.

Aline Miranda

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



Comunidade de Guaraqueçaba protesta contra Copel

SÍTIO CORREIO DO LITORAL, 12.06.2014

Moradores decidiram retirar as placas solares instaladas na comunidade, como forma de denunciar o mau funcionamento do serviço e pressionar para implantação do sistema de energia elétrica.

Cansados da esperar pela instalação de luz elétrica, os moradores de comunidades tradicionais de Guaraqueçaba decidiram retirar placas solares instaladas pela Companhia de Energia Elétrica (Copel) em algumas das comunidades.

Os painéis instalados há seis anos nas comunidades funcionam de maneira irregular, o que dificulta o dia a dia de cerca de 300 moradores. Algumas das comunidades não chegaram a receber luz elétrica por restrições ambientais impostas por órgãos federais, decisão que viola e desrespeita os direitos básicos das comunidades tradicionais de pescadores artesanais e caíçaros.

De acordo com a Copel, o plano inicial de levar luz às comunidades por meio de redes ligadas ao continente foi barrado pelo fato de as comunidades estarem situadas em um parque nacional de preservação. Desse modo, a companhia justifica a instalação das placas solares em vez da ligação com o continente. No entanto, os relatos dos moradores apontam para a ineficiência desse modelo. Quando há energia, ela fica disponível apenas algumas horas por dia. As crianças estudam à luz de velas e lampiões e os alimentos e pescados estragam rapidamente sem a luz elétrica.

Ainda de acordo com as comunidades, a energia elétrica convencional está a menos de 300 metros de distância, o que não exigiria grande esforço por parte da Copel para levar luz às comunidades que não têm. No entanto, a decisão sobre quem recebe ou não a energia depende da localização da comunidade: se ela está dentro ou fora dos limites do Parque Nacional. A solução dessa injustiça é uma pauta histórica do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (Mopear).

A maior contradição, para o Mopear, é que essas políticas de inspiração preservacionista atingem comunidades tradicionais que historicamente foram responsáveis pela conservação da natureza, hoje protegida pelo Parque Nacional de Superagui e outras unidades de conservação da natureza. Nesse caso, a tese dominante é de que a conservação da natureza só é eficaz quando ela é isolada da sociedade. Para isso, desconsideram a existência de comunidades tradicionais e sobrepõem perímetros de unidades de conservação a essas comunidades, provocando restrições de uso e dificultando acesso à instalação de equipamentos de infraestrutura, como no caso da luz elétrica.

A decisão de retirar as placas solares retrata a indignação acumulada nos últimos dois anos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 104 / 2014

Brasília, 13 de junho de 2014.

pelos mais de 300 moradores, não apenas pelo péssimo funcionamento do sistema de painéis, mas devido ao risco à integridade física dos moradores e principalmente das crianças, uma vez que as estruturas se deterioraram em um curto espaço de tempo e afetam o cotidiano por estarem localizadas em pontos antes utilizados na frente das residências.



Milhares de produtores rurais participam da 11ª Festa Regional das Sementes no Paraná

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.06.2014

Encontro aconteceu em São Jorge D'Oeste (PR) e contou com extensa programação. No fim, produtores puderam partilhar suas sementes crioulas. O evento reuniu cerca de duas mil pessoas.

Jornal de Beltrão e CPT Paraná

No último dia 5 de junho aconteceu o 11º Encontro Regional das Sementes. O evento foi organizado através de uma parceria entre Fórum Regional das Entidades da Agricultura Familiar e Camponesa, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa) e diversas entidades. A deputada estadual Luciana Rafagnin (PT), representantes de outras autoridades e o prefeito Gilmar Paixão (PT) prestigiaram a solenidade de abertura.

Segundo estudos, o mundo já perdeu 75% da variedade genética de sementes, por isso, as sementes crioulas, sem agrotóxicos ou transgenia, são as verdadeiras riquezas da agricultura familiar. O encontro está ajudando a mudar esse patamar e agora as entidades trabalham para criar unidades referência na produção de sementes.

"O objetivo é mostrar a variedade de sementes que os nossos produtores têm. Temos uma variedade muito grande de sementes crioulas, inclusive, algumas sementes que a gente achava que já não existiam mais, só que os produtores guardam para eles, num canto, e seguem plantando. Aqui, tentamos motivar a troca", explicou Elaine Zanetti, representante do Capa.

O evento também procura mostrar, para o poder público, que o agricultor familiar não precisa das sementes das empresas multinacionais. "A gente pode ter sementes nossas. Esse é o maior objetivo da festa. Com a troca de sementes, conseguimos mostrar a variedade das sementes que nossos agricultores têm, por isso, fazemos com que os agricultores tragam as sementes para cá e compartilhem", completa Elaine.

Ela destaca a grande adesão de participantes. "Estamos muito felizes porque a previsão do tempo era de muita chuva, amanheceu e deu para o pessoal sair de casa e vieram participar, uma alegria muito grande. Os agricultores estão participando da festa e isso é muito bom". O prefeito Gilmar Paixão, que também é agricultor familiar, ressaltou a importância do evento. "Temos que agradecer todas as entidades, os movimentos sindicais e a sociedade envolvida com agricultura familiar por esse evento. Hoje é um dia muito importante para nós".

A agricultura familiar também precisa de tecnologia, mas não podemos esquecer do resgate das sementes vai matar nossa fome e de todos os brasileiros", disse. Depois dos pronunciamentos, a Escola Estadual do Campo Pio X fez apresentações culturais com o título: "Quem controla as sementes, controla o mundo".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 104 / 2014

Brasília, 13 de junho de 2014.

As palestras começaram com André Emílio Jantara, que falou sobre a produção e multiplicação de sementes e uma discussão sobre o clima temperado. Depois do almoço, aconteceu o depoimento de agricultores e a leitura da carta política do Sudoeste do Paraná, a mística para a partilha das sementes e o encerramento com a partilha dos alimentos.



Discussão entre indígenas termina com um esfaqueado em Dourados

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 13.06.2014

Uma discussão entre indígenas da aldeia Bororó, em Dourados, distante 225 quilômetros da Capital, terminou em crime. Florindo Ferreira foi ferido a facadas e precisou ser socorrido até o hospital da cidade na noite de ontem (12).

De acordo com o registro da ocorrência, o suspeito de ferir o indígena é Rogério Peixoto. Ambos os envolvidos não tiveram as idades divulgadas pela Polícia Civil. Florindo foi encaminhado por equipes da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) para o Hospital da Vida.

O suspeito pelo crime foi detido e encaminhado até a Depac (Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário) da cidade. O caso foi registrado como lesão corporal dolosa e será apurado.



PNHR possibilita melhora de vida para indígenas no Rio Grande do Sul

SÍTIO AGÊNCIA CAIXA DE NOTÍCIAS, 13.06.2014

Em toda a região Sul, segundo o Censo de 2010, residem 79 mil indígenas das etnias Guarani, Kaingang e Xetá

Há dezesseis anos, quando conseguiram a demarcação da terra indígena Guarita, com 23,4 mil hectares, os integrantes da comunidade da aldeia Coxilha da Cruz, localizada na cidade de Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, tinham uma preocupação: conseguir moradia que abrigasse as famílias com segurança e conforto. Até então, os índios moravam em condições precárias, em casas feitas de madeira, com lascas de pinheiro, insuficientes para protegê-los da chuva e frio.

“Depois que a reserva foi demarcada, o passo seguinte era viver em condições dignas. Temos conseguido isso com as casas do programa de habitação rural”, disse o jovem cacique Arnildo Wera, que, aos 27 anos, lidera um grupo de 43 famílias indígenas da aldeia Coxilha da Cruz, que sobrevivem do plantio de batata, mandioca e milho, além do artesanato.

“Agora temos escola, posto de saúde, água, luz. Somos exemplos para as aldeias vizinhas. Isso nos enche de orgulho”, contou. A aldeia Coxilha da Cruz foi uma das primeiras comunidades indígenas a receber moradias construídas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), um braço do Programa Minha Casa Minha Vida, que tem a Caixa Econômica Federal como principal agente financeiro.

Em toda a região Sul, segundo o Censo de 2010, residem 79 mil indígenas das etnias Guarani, Kaingang e Xetá (estes apenas no Paraná). A maior parte das casas reservadas às comunidades indígenas tem um modelo padrão: 60 metros quadrados erguidos em alvenaria, divididos em sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Em Alto da Boa Vista, no Mato Grosso, 40 casas entregues aos índios Xavante, porém, foram construídas no formato tradicional indígena – a oca. O projeto foi aprovado pela ideia inovadora e pela preocupação com a preservação da cultura indígena.

No Rio Grande do Sul, também a pedido dos indígenas, algumas unidades foram construídas com o banheiro na parte externa da casa. Acostumados a utilizar fossas sépticas, a construção do banheiro externo é uma questão cultural. “Muitos índios consideram falta de higiene ter banheiro dentro de casa, como os brancos. É da nossa tradição”, afirmou o cacique.



Demarcações devem ficar com o Congresso

SÍTIO JORNAL DE RORAIMA, 13.06.2014

PEC 215 transfere a competência de aprovar a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por índios ao Congresso

BRASÍLIA – Em nome do Ministério Público, o subprocurador-geral da República Eugênio Aragão defendeu - em audiência pública promovida, na quarta-feira (11), pela comissão especial da Câmara dos Deputados que debate a questão - a proposta de emenda constitucional (PEC 215/2000) que passa ao Congresso Nacional a competência de aprovar a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e de ratificar as já homologadas. Desde a promulgação da Constituição de 1988 esta atribuição é do Executivo.

Segundo Eugênio Aragão, o modelo constitucional atual, focado apenas na população indígena, apresenta sinais de esgotamento. "Quando nos propomos a resolver os problemas dos povos indígenas, não podemos deixar de olhar para o lado, e ver quais são as circunstâncias dos demais atores envolvidos, como a população local, o produtor rural e o governo do município. Precisamos de uma postura holística", afirmou.

O subprocurador-geral da República acha que a proposta deve ser vista dentro de um contexto maior: "Estamos num momento de impasse na consecução da política indígena. Mesmo quando o Poder Executivo consegue promover a demarcação, a reação imediata é a judicialização do ato administrativo. Quem sofre com isso é a população indígena, e também os produtores e os municípios".

Eugênio Aragão elencou um conjunto de ações que considera necessárias para se pacificar áreas hoje conflituosas, principalmente em estados como Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. A seu ver, é necessário que se permita, juridicamente, a compra de terras indígenas, ao invés da desapropriação por interesse social: "É algo que, financeiramente, custa caro, mas precisamos que o dono da terra saia feliz". Além disso, também é preciso que o Estado ofereça capacitação técnica aos pequenos produtores, "para que possam investir bem esse dinheiro".

Ao município, conforme Aragão, deve ser destinado um fundo federal capaz de compensar, por tempo determinado, a perda de arrecadação que terá, a fim de que sejam mantidos investimentos em saúde, educação e mobilidade urbana. Já aos indígenas, não basta a terra: "São necessários programas que transformem sua economia em algo sustentável, já que, afinal, a população indígena é a primeira preocupação".

A PEC 215/2000 está em final de tramitação na Câmara dos Deputados. De acordo com a regra constitucional, terá de ser discutida e votada em cada Casa do Congresso em dois turnos,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 104 / 2014

Brasília, 13 de junho de 2014.

considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

Jornal de Roraima/ Fonte: Agência Brasil



Governo tenta acordo entre produtores rurais do MS e indígenas

SÍTIO BRASIL AGRO, 13.06.2014

O governo agendou reunião para a sexta-feira, 13, em Brasília (DF), para tratar com os advogados de produtores rurais o termo de compra das propriedades invadidas por indígenas nos municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, no Mato Grosso do Sul. Uma segunda reunião vai verificar aspectos técnicos empregados na avaliação das propriedades. O prazo dado pelo Ministério da Justiça para apresentar solução definitiva para a compra da área era 6 de junho, informa a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul), por meio de comunicado divulgado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A pretensão da Fundação Nacional do Índio (Funai) é ampliar a área indígena de 2 mil para 15 mil hectares. Das 30 propriedades pretendidas, 20 foram invadidas pelos indígenas. Segundo consultorias privadas, as 30 propriedades valem cerca de R\$ 130 milhões. O valor inicial apresentado pela Funai foi de R\$ 78 milhões.

De acordo com a Famasul, a primeira reunião vai analisar questões legais da compra das propriedades invadidas. A segunda terá a participação de representante da Funai, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da empresa contratada pelos produtores rurais para a avaliação da área, para esclarecimento do aspecto técnico na avaliação da área requeridas (Agência Estado, 13/6/14)



Tribunal Popular da Terra discute luta quilombola, indígena e camponesa no Mato Grosso do Sul

SÍTIO ADITAL, 13.06.2014

O Tribunal Popular da Terra (TPT) conjuntamente com a Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONERQ) e a Associação da Comunidade Furnas da Boa Sorte, realizarão um encontro dos povos da terra, nos dias 14 e 15 de junho, em Furnas da Boa Sorte, Estado do Mato Grosso do Sul, distante 135 quilômetros da capital Campo Grande, no município de Corguinho.

Com o tema "unidade, dignidade e resistência dos povos da terra", o Encontro Quilombola reunirá lideranças camponesas e indígenas, juntamente com os moradores do lugar e representantes das mais de 20 comunidades quilombolas do Estado. Também participarão estudantes, acadêmicos de universidades e representantes de movimentos sociais. O encontro visa, segundo membros do TPT, à formação política, à busca de unidade dos movimentos que lutam pela terra e o território e ao protagonismo social e político unitário das organizações populares do campo e da cidade.

"O TPT é um espaço democrático e popular de discussão e de partilha dos movimentos, entidades e organizações populares em luta por justiça e transformação da sociedade. A atividade está inserida dentro de um processo de construção de fortalecimento da unidade do movimento camponês, indígena e quilombola no Mato Grosso do Sul, junto aos demais movimentos sociais, sindicais, estudantis e populares do Estado, pela reforma agrária, demarcação dos territórios indígenas e demarcação e titulação das terras quilombolas", informou ao respeito os organizadores do TPT.

Oficinas, mesa redonda, mística, noite cultural

Entre as atividades previstas para o encontro destacam-se quatro oficinas: agroecologia x agrotóxicos, que será desenvolvida por representantes do Comitê MS contra os Agrotóxicos; Juventude quilombola, indígena e camponesa: desafios e compromissos, que vai ser construída com apoio de acadêmicos da UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), UCDB (Universidade Católica Dom Bosco) e movimentos de juventude. A mulher na luta pela terra e na terra: classe, raça e gênero, será mais uma oficina e será desenvolvida com apoio do IBISS (Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável). Haverá também uma oficina com crianças: produção de bonecos e meio ambiente, que será trabalhada pelo Coletivo Terra Vermelha.

A situação atual da luta quilombola, indígena e camponesa no Estado e o fortalecimento de espaços de articulação social/política para uma luta unitária pela reforma agrária e a demarcação e defesa dos territórios indígenas e quilombolas, serão os principais eixos de discussão durante o encontro, informa o TPT.

Cartilha busca resgatar e valorizar a cultura Tupi Guarani

SÍTIO CONTROVÉRSIA, 13.06.2014

Os mais velhos explicam aos estudantes em expedição fotográfica realizada pela Comissão Pró-Índio. Foto Carlos Penteado



A Comissão Pró-Índio de São Paulo e os professores da Aldeia Indígena de Piaçaguera lançam, no próximo dia 11 de junho, a cartilha Ywyrá Rogwé/ Ywyrá Rapó – Djaropyy Djiwy Nhanémoã Nhanderekó Tupi Guarani ("Plantas e Raízes: Resgatando a medicina tradicional Tupi-Guarani"). O lançamento será a partir das 10h na escola da aldeia Piaçaguera, em Peruíbe, litoral de São Paulo.

A cartilha Ywyrá Rogwé/ Ywyrá Rapó visa resgatar e valorizar o conhecimento tradicional sobre o uso de plantas e raízes medicinalmente, instigando os mais jovens a procurar os txeramoi e as txedjaryi (mais velhos e mais velhas) para conhecer mais sobre a cultura dos seus antepassados. Além de fazer parte da busca por viver da forma que consideram ideal mesmo estando em um ambiente sujeito a muitas pressões e ameaças.

A publicação atende a um anseio colocado à Comissão Pró-Índio de São Paulo pelos professores indígenas da aldeia Ywy Pyaú (Piaçaguera), Luan Elísio Apyká e Dhevan Pacheco: a
CONT.



produção de um material com o resultado do trabalho que realizaram por mais de dois anos com seus alunos, apoiados pelos txeramoi e das txedjaryi. “Na nossa aldeia há uma “farmácia natural”, não há motivos para dependermos somente dos remédios dos brancos e sempre correr atrás da Sesai. Começamos, então, um projeto na escola durante as aulas de Tupi para que esse conhecimento fosse “resgatado”. Fizemos um convite para os mais velhos – cada semana vir um mostrar aquilo que sabia aos alunos da escola, que não conheciam nada das plantas, e mesmo aos seus pais estavam esquecendo. E ao invés de levarmos as plantas para a sala de aulas, organizamos para as crianças acompanharem os mais velhos até elas, assim elas saberiam onde estão essas plantas. É o primeiro material produzido por nós a ser publicado dessa forma”, contam os professores. A intenção é de que, com a publicação, esse trabalho se fortaleça e se expanda.

A cartilha fala da “medicina do mato”, aquela que os Tupi-Guarani aprenderam com a natureza e Nhanderú e que vem sendo transmitida de geração em geração. Mas que nos últimos tempos anda meio esquecida especialmente pela geração mais jovem. “Tem muita importância ensinar novamente porque estão esquecendo muitas coisas. Eu aprendi com meus avós, com meus tios, que era grande rezador, conhecedor da natureza, então eu cheguei a conhecer muitas coisas com eles, tanto na parte espiritual como também na parte material – a medicina do mato, né. Estamos fazendo isso para deixar alguma coisa, porque não vou viver muito tempo mais. Então antes que meu corpo vá embora quero deixar alguma coisa para eles ainda”, pajé Gwaíra.

O conteúdo da cartilha é produto de um trabalho coletivo de professores, alunos, pessoas mais velhas da aldeia Piaçaguera e da equipe da Comissão Pró-Índio de São Paulo, cujo papel foi o de auxiliar na edição do material, promover o registro fotográfico das plantas e viabilizar o projeto gráfico construído pela equipe de designer juntamente com os índios. As atividades foram realizadas com o apoio financeiro de Christian Aid, DKA Áustria e Size of Wales.

Sobre a Terra Indígena Piaçaguera

A Terra Indígena Piaçaguera, no litoral sul de São Paulo, é morada de cerca de 250 índios Tupi-Guarani. Distribuídos em cinco aldeias eles ocupam uma área de 2.790 hectares no município de Peruíbe. Piaçaguera foi declarada como terra indígena pela Funai em 2011, porém, até maio de 2014, o processo de demarcação ainda não havia sido concluído sendo necessária ainda a retirada dos ocupantes não – indígenas pela Funai.

A demora na conclusão da demarcação é apenas um dos muitos problemas enfrentados pelos Tupi-Guarani em Piaçaguera. A terra é um território extremamente vulnerável pela proximidade da área urbana, pela existência de uma estrada de uso intenso, pelo fluxo de turistas e pelos impactos causados por mais de 50 anos de atividade minerária no interior de suas terras.



Comissão ouvirá ministro sobre mineração em terras indígenas

SÍTIO SUA CIDADE, 13.06.2014

A comissão especial, criada para analisar a proposta sobre mineração em terras indígenas (PL 1610/96), realiza nesta terça-feira (14) audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. O objetivo será conhecer a posição do governo sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas e sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da proteção a povos indígenas e tribais.

De acordo com o presidente da comissão, deputado Padre Ton (PT-RO), a convenção prevê consulta aos povos interessados cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas que os afetem diretamente. A audiência será realizada às 14h30, no Plenário 11.

15 anos de discussão

O Projeto de Lei 1610/96, de autoria do Senado, permite a lavra de recursos minerais em terras indígenas por meio de autorização do Congresso Nacional e com pagamento de royalties para os índios e para a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Desde que começou a tramitar na Câmara, há mais de 15 anos, o projeto tem sido motivo de polêmica por causa de divergências entre as expectativas dos povos indígenas e os interesses das empresas de mineração.

A principal preocupação dos índios se concentra nos possíveis impactos socioambientais que a atividade causaria nas aldeias. As mineradoras, por sua vez, argumentam que a pesquisa e a lavra de minerais nobres, como ouro, diamante e nióbio (utilizado em usinas nucleares), atendem interesses nacionais e são fundamentais para o desenvolvimento do País.

Outra comissão especial que analisou o projeto, instalada em 2007, encerrou seus trabalhos no fim da legislatura passada sem votar o relatório final. Esse relatório previa a realização de licitação para a exploração de minérios em terras indígenas. Hoje, a escolha da empresa exploradora é feita diretamente pelo Poder Executivo.

Com informações da Agência Câmara

Povo Xokleng ainda luta pelo cumprimento de um acordo de 1992

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.06.2014



Elaine Tavares - Palavras Insurgentes

A história do povo Xokleng em Santa Catarina vem do princípio dos tempos, mas o processo de destruição da cultura e da vida desse povo antigo começou em 1771, quando os tropeiros paulistas fincaram as primeiras povoações na região de Lages, expulsando os indígenas. Mais tarde, a chegada dos imigrantes daria novo impulso ao extermínio. Os conflitos com os brancos eram inevitáveis, uma vez que estavam tomando suas terras. Chamados de "bugres", eles passaram a ser caçados como bichos e vendidos como escravos. Terminado o tempo da escravidão, mas já com sua população bastante diminuída, os Xokleng começaram a ser, então, "civilizados". A lógica governamental era a de integrar os indígenas, mas o caminho que escolheram para isso foi o do confinamento em reservas. O processo conhecido como "pacificação" só foi bom para os brancos.

Desde aí, o povo Xokleng vem resistindo como pode. Como conta o professor José Cuzung Ndilli, na tal da "pacificação" muitos morreram – por doença ou violência – sobrando míseras 120 almas que, a duras penas, geraram filhos e ainda mantêm as tradições originárias. Mas, a batalha por uma terra própria, capaz de garantir a sobrevivência das famílias é muito semelhante a da maioria dos povos indígenas do Brasil. Tem de ser travada todos os dias e contra todos os interesses. Passados séculos da invasão que lhes tirou o território, eles ainda precisam se levantar em rebelião cada vez que precisam defender um direito básico.

CONT.



Nos anos 70, os Xokleng mais uma vez foram retirados de seus espaços de vida por conta da construção de uma grande barragem, a Barragem Norte, em José Boiteaux. Essa obra acabou alagando grande parte do território e, mais uma vez os indígenas foram deixados à própria sorte. Muitas das promessas feitas à época da construção da barragem não foram cumpridas, o que obrigou os Xokleng a ocupar o canteiro de obras em 1991. Foi a primeira vez que o estado de Santa Catarina percebeu que esse povo de história larga ainda resistia e brigava por seus direitos. Como todos sabem, quando os índios estão quietos nas suas aldeias, fala-se deles no 19 de abril, mas, se decidem lutar por direitos, voltam, outra vez, a ser vistos como "selvagens", incapazes de compreender o progresso.

Ora, os Xokleng compreendem muito bem o que é o progresso. O têm sentido na pele desde o século 18. Mas, o fato é que desse pretensão "desenvolvimento" eles não fazem parte. Seguem aldeados, em condições precárias, tendo de mendigar o que deveria ser um direito garantido. Desde o alimento até as condições dignas de moradia, saúde, educação. Para os brancos que vivem suas vidas nas terras ocupadas, isso passa despercebido. E é por isso que os Xokleng, volta e meia, empunham suas armas e marcham na direção da conquista do que lhes garante a vida.

Por uma coincidência irônica, nesse ano de 2014, completam-se 100 anos do início da saga da "pacificação" realizada por Eduardo Hoerhan, na época (1914) à frente do Serviço de Proteção ao Índio em Santa Catarina. Naqueles dias ele prometia uma vida de paz aos Xokleng. Uma vida que não veio.

Nessa semana, as chuvas torrenciais que caíram em Santa Catarina alagaram o território Laklãnõ, coisa que todo mundo sabia que iria acontecer com a construção do lago da barragem, que foi imposta nos anos 70. Uma enchente a mais, poderia alguém dizer. "Pequena e rápida", como afirmou o governador Raimundo Colombo. Mas, para quem vive esse drama desde anos, sem que nada seja feito, a história é outra. Os Xokleng não recebem obras de infraestrutura ou de contenção. Os Xokleng não dormem em camas quentes de palácios governamentais. Eles estão entregues à própria sorte. É por isso que lutam.

Com as terras alagadas e isoladas, eles partiram na noite de quarta-feira para a Barragem Norte e trancaram a passagem. Se aquela obra foi o símbolo de mais um onda de destruição da sua gente, eles já sabem que é lá que as batalhas precisam ser travadas. Única forma de os governantes olharem e enxergarem as demandas indígenas. Então, quando eles se mexem, mexem-se também as forças de repressão. Em primeiro lugar, proteger os "bens". Depois, as gentes. E se essas gentes forem índios, bem, aí pode esperar mais um pouco.

Assim, os Xokleng enfrentaram mais uma batalha. Só na quinta-feira o governo resolveu agendar uma reunião. Cíntia Núbia Moraes, cacique interina, insiste que já é hora de se cumprir o protocolo de intenções assinado em 1992, quando os Xokleng precisaram ocupar a barragem para serem escutados. O não cumprimento total do acordo até os dias de hoje mostra o quanto esse país se importa com a vida indígena. Ela lembra que no dia 28 de outubro do ano passado foi protocolado um documento no Ministério da Integração pedindo respostas, e o governo havia prometido uma em 20 dias. Já se passou quase um ano e nada. "A gente vê que sem o movimento, sem esse barulho que é feito, a gente não consegue as

CONT.



coisas. A gente vive como cozinhando um alimento duro: só na pressão. Nós temos nossos direitos e exigimos que nos respeitem”, diz Cíntia.

E ela tem razão. Bastou os Xokleng marcharem para a Barragem Norte e as autoridades já se movimentaram. Ítalo Goral, da Secretaria de Desenvolvimento Regional, que recebeu os indígenas na quinta-feira disse que reconhece a justeza das reivindicações. Ele reconhece que as casas foram alagadas por conta do nível da barragem, que ficou muito alto com as chuvas. Jonas Pudwel, prefeito de José Boiteaux também esteve na reunião e prometeu auxiliar com as estradas, embora reconheça que a prefeitura não tem sequer os equipamentos adequados para agir em casos como esses. “Quando a barragem baixa, o prejuízo fica aqui. Os governos estadual e federal têm de cumprir suas promessas. Além disso, a obra da barragem foi mal feita. E agora, quem vai pagar por isso? Quem vai garantir que a obra seja refeita para que isso não mais aconteça?”, apontou.

Hoje nova bateria de reuniões será realizada, com promessas e que tais. Muitas casas na aldeia ainda estão submersas. Há famílias ilhadas. As estradas seguem sendo um terror. As medidas paliativas serão tomadas. Como sempre. Mas, há coisas a tratar para além do emergencial. A Barragem Norte mostrou suas falhas, tal qual foi denunciado durante sua construção, denúncia que ficou no vazio porque era feita por índios ou “eco-chatos”. Quem vai arcar com isso? Serão necessárias novas chuvas e novas tragédias? Será preciso que alguém morra? E o protocolo firmado em 1992 será ou não respeitado? Até quando o governo federal vai adiar o seu compromisso com os Xokleng?

Na pequena José Boiteaux, onde estão as aldeias, a vida seguirá. Os indígenas, na sabedoria milenar do silêncio, se recolherão para lamber as feridas. Mas, não se enganem. Enquanto viva, essa gente guerreira vai lutar por seus direitos.

"Da copa de uma árvore... o lado nada glamuroso do mundial da Copa!"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.06.2014



Por Tereza Amaral com Flávio Bittencourt, em Amazônia Legal em Foco

José Guajajara. O resistente guerreiro da emblemática foto em cima de uma árvore em protesto contra a destruição da Aldeia Maracanã, em dezembro passado, por conta do Mundial é o nosso entrevistado.

E sem seguir seguir padrões jornalísticos numa forma de subversão ao tratamento da mídia. A Imprensa não noticiou o verdadeiro significado da destruição do chão sagrado de varias etnias em detrimento de seis jogos que serão realizados no Rio de Janeiro.

Urutau foi o nome dado ao guerreiro pelo avô* da etnia Tenetehar-Guajajara. Trata-se de uma espécie de coruja com hábitos noturnos e com vários significados na região amazônica e do cerrado, tais como Ave Fantasma, Mãe da Lua, dentre outros. Leia entrevista com o guerreiro que nasceu na Aldeia Lagoa Comprida, no município de Barra do Corda no estado do Maranhão:

ALF: Chegou a Copa. Como você se sente tendo perdido sua segunda Pachamama?

Desde 1500, quando o europeu invadiu esta parte das Américas que hoje se chama Brasil, sofremos estes tipos de ação por parte da cultura dominante que se instalou por aqui ao longo desses 514 anos, exterminando aproximadamente 20 milhões de seres humanos indígenas,

CONT.



segundo pesquisas recentes e o Relatório Figueiredo que dá conta do maior genocídio das Américas.

ALF: O que o levou a morar no Rio de Janeiro e quanto tempo viveu na Aldeia Maracanã?

Um pouco antes das comemorações da ECO 92 estava no Rio de Janeiro vindo de Barra do Corda cidade próxima a Aldeia Lagoa Comprida – MA, onde nasci, a convite do meu irmão mais velho, que tinha vindo antes para o Rio. Participei da ECO 92, encontrando com muitas lideranças indígenas como os tamui Raoni Metuktire, parentes como Ailton Krenak, David Yanomami e muitos outros. Depois de muitas idas e vindas do Maranhão dei continuidade aos meus estudos de ensino médio e ingressei no Curso de Pedagogia, já aqui no Rio de Janeiro. Em seguida, fiz mestrado em Linguística em Línguas Indígenas, voltado ao ze'egté, a língua do meu povo Tenetehara, no Museu Nacional da UFRJ. Vim para o RJ para estudar e para defender os direitos do meu povo.

ALF: Quando soube que o antigo Museu do Índio seria destruído?

Desde 20 de outubro de 2006, data da retomada do antigo museu do índio, temos o objetivo de preservar este patrimônio do povo brasileiro dando destinação cultural, educacional e étnica. As primeiras ameaças de despejo se efetivaram no início de 2007, quando aconteceriam, no Maracanã, os Jogos Pan-americanos-PAN 2007 com pretexto da construção de uma passarela em frente ao portão 13 do estádio e da aldeia. Passado este susto, em 2012, as ameaças do estado se concretizaram. O Estado efetivou, sem consulta à comunidade e aos movimentos indígenas, a compra do imóvel que ainda estava sob os cuidados do MAPA-CONAB (Ministério da Agricultura e Pecuária), e sua posterior entrega para a iniciativa privada construir estacionamento e shopping.

Em 12 de janeiro de 2013 aconteceu a primeira investida do estado no sentido de retirar todos os indígenas que ali estavam morando. Mesmo com um grande aparato militar, o estado recuou, pois quem estava na posse do imóvel eram os indígenas e a LANAGRO – Laboratório de Pesquisas Agropecuárias (MAPA), dizendo que retornariam logo quando conseguissem tal documento de imissão na posse. Conseguiram tal papel, em março, por volta do dia 17, concretizando a ação violenta e truculenta de retirada, no dia 22 de março.

ALF: Fale sobre a Resistência na Aldeia Maracanã.

No início de 2000 sentimos a necessidade, nós indígenas da cidade do Rio de Janeiro, de um espaço em que pudéssemos discutir sobre problemas enfrentados num grande centro, por falta de políticas públicas voltadas para essa população completamente invisível para o estado. Ao passar de trem, ônibus e metrô pelo antigo prédio do Museu no Maracanã, percebemos o abandono deste patrimônio e, pesquisando sobre, compreendemos sua importância histórica, política e simbólica para a comunidade indígena do Rio de Janeiro. Em meados de 2004, com poucos indígenas e pouco apoio tentamos pela primeira vez retomar este território, mas não conseguimos, recuamos e, só no dia 20 de outubro de 2006, juntamos 50 lideranças indígenas de 20 povos diferentes, de todo território nacional, depois de um encontro na UERJ, o 1º Encontro Tamoio dos Povos Originários, e no final marchamos para o antigo museu do índio e entramos pelos fundos enfrentando policiais armados que protegiam os laboratórios do MAPA.



Acalmamos os seguranças dizendo ser uma ocupação pacífica e com objetivo claro de defesa deste patrimônio histórico e sua destinação étnico-cultural.

ALF: O que aconteceu exatamente naquele dia em que fotografado sendo resgatado de cima da Árvore?

Já fora da Aldeia Maracanã conseguimos uma audiência com o MPF, 8ª. Vara Federal, no dia 5 de agosto de 2013. Estávamos decididos, fosse positiva ou negativa a ordem do juiz, todos os indígenas da resistência retornariam à Aldeia Maracanã, no final do encontro com o MPF. Com decisão contrária, em parte, para nós, marchamos no sentido do Maracanã e entramos na Aldeia, que tinha um grande aparato policial. O governo do estado garantia, após a retomada a permanência da comunidade na Aldeia. Nos dias 15 e 16 de dezembro, quando ocorria um encontro com indígenas e movimentos sociais o estado quebrou seu compromisso com a Aldeia. Para tentar evitar a derrubada dos prédios do Lanagro, ao lado da Aldeia, e dentro do imóvel desta que mede 14.300m², como no Registro Geral de Imóveis – 11º RGI, assumimos o prédio ao lado para ministrarmos os cursos que já ocorriam na Universidade Aldeia Maracanã. Mas fomos surpreendidos com o despejo arbitrário e violento do Estado, sem mandado judicial.

ALF: E hoje, como está sua vida e da família?

Eu continuo ministrando aulas de línguas Tupi, no ISERJ, muito abalado ainda. A Potyra Krikati, minha companheira, esta com a pressão abalada com toda essa covardia do estado. Maynumi, 4 anos, minha filha mais nova ficou com sequelas das investidas violentas e truculentas das forças do estado, sendo mais percebido no aprendizado na escola. Mayra, 13, a minha 2ª filha, passou a comer compulsoriamente, adquirindo peso acima da média, baixou o rendimento na escola, logo depois dos acontecimentos. O Uirahu, 15, meu filho mais velho, mostrou-se mais irritado e desobediente em casa, com amigos e na escola.

ALF: voce vai participar de alguma manifestação durante a Copa e dizer aos turistas o quanto o Mundial impactou a vida de indígenas na Cidade Maravilhosa?

Construímos o COIREM – Congresso Intercultural de Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà, que aconteceu do dia 4 ao dia 9 de junho, na UFRRJ, em Seropédica RJ. No dia 9, no encerramento fizemos uma audiência pública na UERJ e fomos bater maraká na Aldeia Maraká'nà, então cercada pelos policiais da PM-Choque. Mas ainda vamos participar, sim, junto aos movimentos sociais, de outras manifestações.

ALF: Quem é brasileiro José Guajajara?

Ihe Tantehar. He rera Urutau ihe Tantehar-Guajajara here kohaw ypuku Barra do Corda MA pe.

(Meu nome é Urutau, sou do povo Tenetehar-Guajajara e nasci na Aldeia Lagoa Comprida, município de Barra do Corda na estado do Maranhão). Pedagogo, pós-graduado em educação indígena pela UFF, pós-graduado em línguas indígenas pela UFRJ-MN, mestre em lingüística pela UFRJ-MN, professor de língua e cultura tupi-guarani no ISERJ-FAETEC – Instituto Superior de Educação do Estado do RJ.



Boletim de Notícias - Edição nº 104 / 2014

Brasília, 13 de junho de 2014.

*O Nome original dado pelo avô foi desviado para José pela cultura dominante. O guerreiro está tentando reverter. "Só depois da Constituição de 88 aconteceu nossa carta de alforria".



Burocracia do Governo gera impasse em mesa de negociação entre produtores rurais e a Funai

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.06.2014

O Governo recusou a proposta dos produtores rurais para compra das terras cobigadas pela Funai para ampliação da Terra Indígena Buriti, no Mato Grosso do Sul. O impasse foi criado em uma reunião na última quarta-feira entre produtores rurais, representantes do Ministério da Justiça, da Funai e membros da bancada federal de Mato Grosso do Sul. O Governo manteve a proposta de R\$ 78 milhões baseada nos laudos técnicos. Os produtores rurais contestam os laudos, mas aceitam vender as terras por R\$ 124 milhões.

O Governo negocia a compra de 30 imóveis rurais demarcados pela Funai na ampliação da Terra Indígena Buriti. Embora a Funai afirme que a terra é indígena, o laudo antropológico foi desqualificado pela justiça que considera que a terra não é de ocupação tradicional dos índios. Por essa razão o Governo pode comprar os imóveis.

A área já demarcada possui dois mil hectares e a Funai e os índios terenas querem mais 15 mil hectares ocupados pelos 30 imóveis que estão invadidos pelos índios. No ano passado, um índio foi morto pela polícia federal ao reagir à operação de desocupação da área determinada pela justiça.

Outras reuniões entre os advogados dos produtores rurais e representantes do governo federal foram agendadas para a próxima sexta-feira, em Brasília. Eles irão discutir o termo de compra das propriedades e verificar os aspectos técnicos empregados na avaliação das propriedades.

Para o diretor secretário da Famasul, Ruy Fachini, embora ainda não haja acordo entre produtores e governo federal, as reuniões demonstram avanços. "Houve avanço no processo de negociação, mas ainda são necessárias análises criteriosas sobre a avaliação da área em questão. Será necessário esforço conjunto para que o final seja satisfatório", destacou o diretor da Famasul, após reunião no Ministério da Justiça.

Já o Senador Rubem Figueiró lamentou o impasse sobre o valor a área. Segundo ele, o governo federal pretende protelar a solução efetiva para as negociações até o encerramento do prazo. Como é ano eleitoral, o acordo precisa ser fechado até o dia 30 de junho. Caso contrário, os proprietários não poderão receber a indenização este ano. "Se voltarmos atrás nessa triste história veremos que o governo nada mais fez do que empurrar com a barriga. Deseja que o atrito permaneça", afirmou Figueiró.

Deve acontecer hoje duas reuniões. A primeira envolverá questões legais da compra das propriedades ocupadas e a segunda contará com a participação de representante da Funai, do Incra e da empresa contratada pelos produtores rurais para a avaliação da área, para esclarecimento do aspecto técnico na avaliação da área requeridas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 104 / 2014

Brasília, 13 de junho de 2014.

O ministro da justiça José Eduardo Cardozo declarou depois da reunião que agora faltam apenas ajustes técnicos e jurídicos, mas ressaltou que a União “não tem condições de pagar nenhum valor a mais daquilo que é devido”. Cardozo ressaltou também que as negociações de compra de propriedades rurais ocorrem de forma diferenciada quando as partes envolvidas são poder público e setor privado, por isso a divergência de valores entre os laudos da Ministério da Justiça e dos produtores rurais. Cardozo afirmou que o aumento do valor oferecido pela União depende da comprovação técnica da necessidade por meio de laudos.

A equipe do Questão Indígena



URGENTE: Milícia Indígena atira em produtor rural no sul da Bahia

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.06.2014

Índios pataxó iniciaram esta semana uma grande ação de invasão e expulsão de agricultores incluídos pela Funai na demarcação da Terra Indígena Barra Velha no sul da Bahia. Ontem, o produtor rural João Dalorto sofreu um atentado quando passava por uma estrada vicinal em Moutinho, distrito de Itamarajú. O carro foi alvejado por vários disparos de arma de fogo.

A tensão na região é grande. Na terça feira os índios, organizados em milícias, iniciaram ações ordenadas de invasão dos imóveis rurais incluídos pela Funai na Terra Indígena Barra Velha. As ações envolvem as propriedades próximas à BR 101. A estratégia da milícia indígena é tomar todas as vicinais de acesso à área demarcada para controlar o acesso dos produtores rurais.

Na tarde da última quarta feira (11), cerca de quarenta produtores da região se reuniram na Fazenda Lembrança em solidariedade ao proprietário ameaçado de invasão pelos índios. Os produtores permaneceram em vigília no imóvel até a noite. Ao deixarem a propriedade em comboio, um veículo semelhante ao do proprietária da Fazenda, foi alvo dos disparos.

A milícia indígena mandou avisar por meio de um funcionário da Fazenda Lembrança que o proprietário do imóvel está proibido de passar pelo local.

Os produtores rurais procuraram a delegacia da polícia civil de Itamarajú, mas o delegado se recusou a fazer o registro da ocorrência. Segundo ele, ocorrências que envolvem índios são de competência da Polícia Federal.

Diante da recusa da autoridade policial em tomar providências, os produtores rurais estão se organizando para defender suas propriedades com as próprias mãos.

Ontem, a milícia indígena tentou invadir a Fazenda Já Nasceu, às margens da BR 101, mas foi repelida pelo proprietário que reagiu à ação dos invasores. Um grupo de seis homens está entrincheirado na senda da Fazenda desde o início da semana sob constante ameaça da milícia indígena.

A região é um barril de pólvora que pode explodir a qualquer momento.



Programa lança curso de idiomas para as comunidades quilombolas

SÍTIO PORTAL VALE DO RIBEIRA, 13.06.2014

No próximo mês, ocorrerá o lançamento dos curso de inglês e espanhol, na ETEC Quilombo Bairro André Lopes. A iniciativa atenderá 30 moradores das comunidades quilombolas, sendo monitores ambientais ou pessoas ligadas ao turismo de base comunitária atendida pelo Programa.

O Programa de Desenvolvimento Sustentado das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira é executado pelo CEPCE (Centro de Educação, Profissionalização, Cultura e Empreendedorismo) em parceria com a Petrobras. Ele atende seis comunidades quilombolas de Eldorado, entre elas estão Nhunguara, Sapatú, André Lopes, Ivaporunduva, São Pedro e Pedro Cubas com o Projeto de Turismo de Base Comunitária.

O CEPCE – Centro de Educação, Profissionalização, Cultura e Empreendedorismo da cidade Eldorado/ SP executará as ações do programa por meio de seus técnicos. O CEPCE é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com a missão de ser um efetivo agente promotor do desenvolvimento sustentado e representar, de forma inclusiva, os direitos e interesses dos grupos tradicionalmente excluídos, em especial, as comunidades quilombolas.

A instituição foi concebida em 2007 pelas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira visando soluções imediatas e concretas – numa visão mais ampla de médio e longo prazo – para grupos de jovens quilombolas que buscam acessar qualificação profissional e/ou educação superior inexistentes em Eldorado e Iporanga.

Atualmente a Instituição é constituída em sua diretoria exclusivamente por membros das Comunidades Quilombolas de Eldorado e Iporanga.

A instituição fica localizada na Rua Paula Souza, 103, Centro de Eldorado, Vale do Ribeira/ SP.

Prefeitura Municipal de Eldorado



Tribunal Popular da Terra discute luta quilombola, indígena e camponesa no Mato Grosso do Sul

SÍTIO ADITAL, 13.06.2014

O Tribunal Popular da Terra (TPT) conjuntamente com a Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONERQ) e a Associação da Comunidade Furnas da Boa Sorte, realizarão um encontro dos povos da terra, nos dias 14 e 15 de junho, em Furnas da Boa Sorte, Estado do Mato Grosso do Sul, distante 135 quilômetros da capital Campo Grande, no município de Corguinho.

Com o tema "unidade, dignidade e resistência dos povos da terra", o Encontro Quilombola reunirá lideranças camponesas e indígenas, juntamente com os moradores do lugar e representantes das mais de 20 comunidades quilombolas do Estado. Também participarão estudantes, acadêmicos de universidades e representantes de movimentos sociais. O encontro visa, segundo membros do TPT, à formação política, à busca de unidade dos movimentos que lutam pela terra e o território e ao protagonismo social e político unitário das organizações populares do campo e da cidade.

"O TPT é um espaço democrático e popular de discussão e de partilha dos movimentos, entidades e organizações populares em luta por justiça e transformação da sociedade. A atividade está inserida dentro de um processo de construção de fortalecimento da unidade do movimento camponês, indígena e quilombola no Mato Grosso do Sul, junto aos demais movimentos sociais, sindicais, estudantis e populares do Estado, pela reforma agrária, demarcação dos territórios indígenas e demarcação e titulação das terras quilombolas", informou ao respeito os organizadores do TPT.

Oficinas, mesa redonda, mística, noite cultural

Entre as atividades previstas para o encontro destacam-se quatro oficinas: agroecologia x agrotóxicos, que será desenvolvida por representantes do Comitê MS contra os Agrotóxicos; Juventude quilombola, indígena e camponesa: desafios e compromissos, que vai ser construída com apoio de acadêmicos da UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), UCDB (Universidade Católica Dom Bosco) e movimentos de juventude. A mulher na luta pela terra e na terra: classe, raça e gênero, será mais uma oficina e será desenvolvida com apoio do IBISS (Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável). Haverá também uma oficina com crianças: produção de bonecos e meio ambiente, que será trabalhada pelo Coletivo Terra Vermelha.

A situação atual da luta quilombola, indígena e camponesa no Estado e o fortalecimento de espaços de articulação social/política para uma luta unitária pela reforma agrária e a demarcação e defesa dos territórios indígenas e quilombolas, serão os principais eixos de discussão durante o encontro, informa o TPT.



Boletim de Notícias - Edição nº 104 / 2014

Brasília, 13 de junho de 2014.

Governo do Amapá lança obra de 50 casas em Igarapé do Lago

SÍTIO AGÊNCIA AMAPÁ DE NOTÍCIAS, 13.06.2014

O governador Camilo Capiberibe lança nesta sexta-feira, 13, as obras de construção de 50 unidades habitacionais na comunidade quilombola Igarapé do Lago. O investimento é de R\$ 1.525.000,00, recursos adquiridos pelo Programa de Habitação Rural - PNHR - do projeto Minha Casa Minha Vida Quilombola. A solenidade acontecerá na comunidade, a partir das 10h.

Local: Comunidade Quilombola Igarapé do Lago

Horário: 13/06/2014 às 10:00h

Endereço: BR -156, distante 87 Km de Macapá.

Contatos: Franck/ Secom: 9188-8610